RICRI
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Direitos das mulheres no Afeganistão nos anos 1996-2006: comparação entre os períodos anterior e posterior à intervenção estadunidense

Aline Chianca Dantas [†] Lisa Baccarin [*‡]

†Universidade Paulista - UNIP
‡Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
*Autor correspondente. E-mail: libaccarin@gmail.com

Resumo

Ao analisar o Afeganistão, nota-se que o período entre 1996 e 2006 foi emblemático para os direitos das mulheres afegãs, uma vez que engloba o período anterior a intervenção estadunidense, quando o Afeganistão encontrava-se sob regime do Talibã, e o período posterior a intervenção, marcado pela maior influência de Washington sobre o Estado afegão, iniciada em 2001 com a invasão. Sendo assim, pode-se afirmar que ambos os períodos de tempo representaram tanto mudanças quanto manutenções para os direitos das afegãs. Utilizando-se de uma análise comparativa baseada em fontes primárias e secundárias, entre elas, artigos, livros e entrevistas conduzidas pelas autoras do artigo, buscou-se identificar quais mudanças ocorreram entre 1996 e 2006, levando em conta os impactos dessas transformações para as mulheres afegãs. Somado a isso, foi analisada a influência da perspectiva feminista liberal na legitimação da intervenção dos EUA. Ademais, o feminismo islâmico foi igualmente explorado, devido a sua importância para a luta política, cultural e religiosa das mulheres afegãs para as suas reivindicações e contra a imposição da ótica feminista ocidental. A partir do estudo realizado, comprovou-se a existência de pequenas mudanças nos direitos das afegãs com a intervenção dos EUA - acesso à escola e direito de ir e vir -, que, no entanto, não representaram uma ruptura com o cenário de privação e opressão do país e apontaram para a falha da presença estadunidense em sua missão de restituição dos direitos femininos no Afeganistão.

Palavras-chaves: Afeganistão, intervenção, feminismo, EUA, islamismo.

1. Introdução

As estruturas patriarcais e repressivas permeiam o Sistema Internacional (SI) e as relações nele desenvolvidas. Entre os muitos símbolos da misoginia, como classifica Harris (2010), está o grupo político extremista Talibã, que tomou Cabul em 1996, instituindo leis e políticas repressivas contra as mulheres afegãs, a partir de uma leitura

literalista e extremista do Alcorão e da Sunnah Profética, como afirma a professora doutora Francirosy Barbosa em entrevista concedida em 2023. O fenômeno chocou a comunidade internacional, especialmente o Ocidente, que passou a perceber o Afeganistão como o "outro" (Connolly 2002, 201), bárbaro e retardatário, ideia difundida intensamente entre a população civil do chamado Ocidente, que enxergava a referida região como uma terra mística e selvagem. Essa perspectiva foi fomentada pela herança europeia advinda de exploração desde o período dos Impérios Romano e Bizantino e das Cruzadas, segundo Schiochett (2011, 41).

Para mais, Schiochett (2011, 41) aponta como o Oriente Médio ocupava "o lugar extremo do 'outro'; da terra árdua (desértica), de outra moralidade, da sensualidade incontrolável, do exótico oásis a ser conquistado pela aventura do ocidental". Said (1996, 58), desenvolvendo sua tese do orientalismo, fundamental para qualquer pesquisa sobre o Oriente Médio e a perspectiva ocidental sobre ele, afirma que as diferenças culturais entre Ocidente e Oriente fomentam um desejo ocidental de controle, contenção e governo do Outro – representado pelo Oriente e tudo aquilo que foge à norma eurocêntrica branca. Assim sendo, as diferenças culturais, raciais e geográficas, bem como o desenvolvimento de uma história de exploração por parte do Ocidente, como mostrado por Schiochett (2011) e Said (1996), contribuíram para construir o imaginário do Oriente Médio, distanciando-o não só geograficamente, mas também nas esferas social, cultural e religiosa do Ocidente.

A onda de violência talibã contra as mulheres funcionou como uma das motivações, apesar de não a principal, para a intervenção dos EUA em 2001. O país justificou sua invasão afirmando que seu objetivo era salvar vidas afegãs e lutar contra o terrorismo. No entanto, teóricas como Kolhatkar (2002) e Choudhury (2015) apontam que a tentativa de restituição dos direitos das afegãs não foi bem-sucedida. Corroborando o exposto, conforme pesquisa realizada pelo Pew Research Center (2014), 52% da própria sociedade civil estadunidense enxergou a atuação de seu Estado como ineficaz no cumprimento de seus objetivos durante a intervenção. Já autoras como Logan (2021) e políticos como Joe Biden (2021) acreditam que a intervenção cumpriu seus objetivos e trouxe diversos avanços para o Estado afegão e seu povo.

Sendo assim, este artigo trata-se de uma análise comparativa qualitativa, a qual compara os direitos das mulheres afegãs em vigência entre 1996 e 2000, e entre 2001 e 2006, identificando as mudanças que ocorrem entre esses diferentes espaços de tempo – e diferentes governos. Para isso, ambos os casos são analisados integralmente, de modo a identificar mudanças entre os direitos durante o Talibã e durante e após a intervenção estadunidense de 2001. O intuito dessa pesquisa qualitativa é observar, descrever e compreender o tema escolhido e, em seguida, apontar que, de fato, não houve um rompimento com o cenário anterior a 2001.

A partir disso, é possível estudar as políticas femininas durante ambos os intervalos de tempo, e, diferenciando-se das abordagens de teóricos aqui citados, também oferecer uma comparação entre os pontos positivos e negativos da intervenção, a partir de uma coletânea de artigos, estudos acadêmicos e entrevistas - incluindo as realizadas com mulheres afegãs por Harriet (2021), além das promovidas pelas autoras com a Prof. Dra. Francirosy Barbosa e a pesquisadora Thaís Kierulff. Estas entrevistas[1], por sua

1. Este artigo é fruto de um esforço de pesquisa durante a disciplina de Oficina de Pesquisa em Relações

vez, foram conduzidas pelas autoras do artigo aqui apresentado através de plataformas on-line, a partir de perguntas qualitativas estruturadas acerca da temática do direito das mulheres afegãs e a influência do Talibã e dos EUA sobre ela. Para isso, foram entrevistadas a Professora Dra. Francirosy Barbosa e Thaís Kierulff, cujas pesquisas giram em torno de temas como mulheres muçulmanas, islamismo e Oriente Médio.

Por fim, pôde-se concluir que houve a manutenção da negligência para com as mulheres afegãs e seus direitos. Apesar de ser verificado o ressurgimento dos direitos das mulheres no âmbito formal e institucional, estes direitos não puderam ser propriamente usufruídos pelas mulheres diante do cenário de instabilidade social, política e econômica que permaneceu e foi aprofundando no Afeganistão após a intervenção de 2001.

2. Os direitos das mulheres afegãs no período anterior à intervenção estadunidense

Apesar de os primeiros anos do regime Talibã serem o marco temporal inicial da pesquisa, é imprescindível retomar aspectos históricos do Afeganistão anteriores a 1996. Ao se averiguar a linha do tempo, identifica-se que a nação afegã foi permeada pela misoginia e pela cultura patriarcal ao longo de sua história, mas que a segunda metade da década de 1920 trouxe avanços no que diz respeito aos direitos das mulheres. Segundo Kolhatkar (2002, 14, tradução nossa), "Já em 1928, a rainha Souriya trabalhou para se opor às tradições afegãs, abrindo escolas para meninas. Seu marido, o rei Amanullah, aboliu os casamentos infantis [e] promoveu a educação universal para meninas e meninos". Kolhatkar (2002) acrescenta, ainda, que esses decretos não agradaram a oposição conservadora, que ganhou força com o governo do novo rei Zahir Shah, que, por sua vez, desfez as medidas previamente estabelecidas.

Dezesseis anos depois, ainda sob a monarquia de Shah - que perdurou de 1933 a 1973 -, o país começou a caminhar em direção a medidas menos rígidas, tornando o uso da burca opcional e permitindo o acesso de meninas e mulheres a escolas e universidades. Em 1965, foi instituído o direito ao voto e, durante a década de 1970, 15% dos cargos legislativos eram ocupados por mulheres. Apesar dos avanços nos direitos femininos terem sido estabelecidos pelos governos, as mulheres afegãs foram essenciais nessa luta, inclusive com a participação política e a criação da Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão (RAWA) em 1977, que será explorada adiante.

O fim do período monárquico foi marcado pelo início da era soviética em 1978, simbolizada pelo Partido Democrático do Povo do Afeganistão, responsável por intensas reformas, tais como:

> a interrupção da prática de pagamento do 'preço da noiva' e a idade mínima de casamento das mulheres aumentou para os 16 anos, o que contrariava a prática habitual de casamento das raparigas logo após a puberdade. Em adição, o governo iniciou um programa intensivo de alfabetização, destinado à educação e ao fim da reclusão feminina (Cunha 2022, 12).

Entretanto, é importante reforçar que esses avanços não eram plenos para a população feminina afegã, visto que a liberdade e o progresso profissional, usufruídos nos

---

Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, lecionada pela Prof. Aline Chianca Dantas. As autoras agradecem a Ceres Cotosky por fazer parte da pesquisa inicial na disciplina e pela condução das entrevistas aqui utilizadas.

meios urbanos por uma minoria de mulheres, não era normativo para todas as mulheres afegãs" (Dupree, 1998 *apud* (Cunha 2022, 13)). Isso se aplicava principalmente para mulheres que ocupavam as camadas média e baixa - mesmo em áreas urbanas -, pois estas tinham maior limitação de acesso a trabalho e a educação – o que pode ser explicado por carência econômica, como ocorre em todas as sociedades -, bem como limitações em realizar atividades simples, como sair em público, já que deveriam obrigatoriamente estar acompanhadas por um membro masculino de sua família.

Para além disso, as reformas soviéticas foram acompanhadas por "tentativas fascistas de sufocar a resistência nativa contra a ocupação soviética" (Kolhatkar 2002, 15, tradução nossa). Um dos grupos de oposição aos soviéticos era composto por mujahidin, que viria a se consolidar como Talibã.

Aprofundando-se na temática dos mujahidin, pode-se afirmar que o Talibã é um grupo extremista sunita formado em 1994 por ex-guerrilheiros que lutavam contra as forças soviéticas e que tomou Cabul em setembro de 1996. Baseavam-se na sua própria interpretação radical do Alcorão, da sharia e da Sunnah Profética, e instituíram leis violentas, muitas das quais barravam os direitos das mulheres, como afirma a professora Barbosa (2023).

Ademais, complementa Ribeiro (2016), as leis voltadas ao sexo feminino eram ainda mais severas e envolviam, entre outras, a obrigatoriedade do uso da burca, a proibição de circular livremente sem a autorização de um homem e a proibição de exercer alguma profissão e/ou estudar. Segundo Logan (2021), a força do Talibã era maior em Cabul, mas, ao longo dos anos, espalhou-se para outros locais do país, ainda que não completamente. Esse é um fator essencial para a análise aqui proposta bem como para o estudo da atuação do Talibã de maneira acadêmica, uma vez que demonstra a sua ramificação, crescimento e fortalecimento ao longo dos anos. Todavia, também aponta para a existência de outras células de poder e atores não governamentais existentes no Afeganistão - que serão discutidos ao longo do artigo - e que, por sua vez, não permitiram o total controle do Talibã em certas regiões, limitando a força do regime.

Entre as violações dos direitos femininos perpetradas pelo Talibã, destacavam-se a "a abolição do trabalho por mulheres, [as mulheres] eram proibidas de usar sapatos e meias brancas e de fazer ruído enquanto caminhavam, [deviam estar] acompanhadas sempre por um chaperon masculino" (Costa et al. 2019, 108).

A partir dessa legislação talibã, pode-se apontar para a existência de uma reinterpretação extremista do Talibã acerca dos direitos islâmicos das mulheres, uma vez que "não há nenhuma passagem no Alcorão que mencione a obrigatoriedade da burca ou a de mulheres cobrirem os rostos" (Barbosa 2023). Além disso, afirma a professora Barbosa (2023), o Alcorão e a Sunnah Profética estão sujeitos a interpretações, uma vez que não são documentos literais, de modo que muitos muçulmanos defendem que, ao se traduzir esses textos, deveriam passar a ser chamados de "Significados do Alcorão". Castro (2015) propõe uma análise mais direta do Alcorão e conclui que, ao longo do Livro Sagrado, não há nenhuma passagem que cite explicitamente a obrigatoriedade do uso da burca para mulheres ou a necessidade de se cobrir o rosto. Na verdade, as passagens relacionadas a vestimentas femininas explicitam que:

> 1) A vestimenta deve cobrir todo o corpo, exceto as áreas especificamente isentas, como rosto e mãos; 2) A vestimenta deve ser larga o suficiente para não demarcar as formas do

> corpo; 3) A vestimenta deve ser espessa o bastante para não mostrar a cor da pele nem as formas que deveria esconder; 4) A vestimenta não deve chamar a atenção do homem para a beleza da mulher (Badawi, 2014 *apud* Castro 2015, 364).

Para aproximar-se da realidade do Afeganistão, Logan (2021) traz uma série de entrevistas com mulheres da capital afegã, feitas em 1997 e em 2001, que se tornaram relatos em primeira mão fundamentais para se analisar o cotidiano feminino, bem como as interseccionalidades e as divergências existentes entre classes sociais distintas. É importante citar também que o foco será nas moradoras de Cabul, pois, por ser a capital, havia uma maior concentração de mulheres a serem entrevistadas, assim como era de mais fácil acesso - aeroporto internacional, rodovias etc. - para estrangeiros, mesmo com um controle forte do Talibã.

A primeira entrevistada é Zargoona, uma professora que perdeu seu emprego devido às restrições do Talibã e, como resultado, não conseguia sustentar seu filho, sendo sua única rede de apoio seu sogro, que também estava em situação de pobreza. Assim como muitas pessoas, estava otimista em relação à mudança de poder do regime soviético, que, como já mencionado, era autoritário, para o Talibã, uma liderança, em primeira vista, islâmica, mas logo se sentiu violada pela obrigatoriedade da burca e pela proibição de exercer sua profissão. A segunda é Durkhanai, que também lecionava e tinha sido obrigada a parar quando o Talibã se consolidou no poder. Todavia, diferentemente de Zargoona, a segunda entrevistada vinha de família rica de diplomatas e conta que seus pais saíram do país, mas ela e seu marido escolheram permanecer em seu lar em Cabul, pois, contanto que permanecessem em sua casa, estariam seguros e confortáveis. Reitera, ainda, que era muçulmana e, inclusive, adepta do uso do véu, mas que ficou chocada ao ver "o tipo de islamismo que o Talibã seguia. Para nós, aquilo não era o Islã" (Logan 2021, 84).

Diante desse cenário, meninas e mulheres foram obrigadas a abandonar seus estudos, trabalhos e vida social, além de serem privadas de sua dignidade e de seus direitos humanos fundamentais. Ao mesmo tempo que eram despojadas de seus direitos pelo Talibã, Kolhatkar (2002) aponta para a hipocrisia do grupo radical, referenciando o documentário *Women and War* (2001) de Meena Nanji. A autora apresenta a seguinte situação: "Shazia, uma refugiada afegã de 37 anos, que se prostitui para comprar remédios para seu filho doente, revelou que a maior parte de seus clientes eram soldados do Talibã" (Kolhatkar 2002, 18, tradução nossa). Nessa passagem, fica claro que, ao mesmo tempo que o regime impunha um moralismo exacerbado às mulheres, pressupondo as diretrizes do Alcorão, o próprio regime não o seguia e, inclusive, se aproveitava de uma situação de vulnerabilidade dessas mulheres. Pode-se traçar uma ligação entre a política opressiva talibã e esta situação de vulnerabilidade feminina, visto que a política talibã impedia mulheres de trabalhar, de forma que "Muitas mulheres, principalmente as que não possuem familiares masculinos, são obrigadas a situações de prostituição ou mendigagem de modo a sustentarem as suas famílias" (Cunha 2022, 15).

Ao longo dos anos, "a expectativa das mulheres preservarem a identidade nacional, prevaleceu sobre as tentativas modernas de mudança social" (Suhrke, 2007 *apud* Cunha 2022, 14). Esse processo foi fomentado pelo fortalecimento da premissa de submissão da mulher muçulmana instigada pelas políticas talibãs que supostamente reproduziam

os princípios do Alcorão. Essas políticas enraizaram-se na sociedade afegã, afetando o modo que esta entendia o papel da mulher. Diante de um cenário como esse, ao se desviarem de um lugar de apagamento e opressão, as mulheres chocavam com a sua resistência, como ocorria com movimentos como a RAWA.

É imprescindível tratar da atuação da RAWA diante da opressão do Talibã, pois a Associação foi o principal movimento na defesa dos direitos das mulheres afegãs durante os anos 1996 e 2006. De acordo com seu *website*, "*RAWA is the oldest political/social organization of Afghan women struggling for peace, freedom, democracy and women's rights in fundamentalism-blighted Afghanistan since 1977*"[2]. No âmbito internacional, voltavam-se para fóruns e reuniões, como a Assembleia Geral da ONU. No documento intitulado *Without Emancipation of Women, Emancipation of Afghanistan is Impossible!* (2000), a Associação caracteriza o Talibã como uma tirania fundamentalista, que negou direitos humanos básicos às mulheres. Sua atuação incluía tanto ações diretas como indiretas. Sobre essa primeira parte, a RAWA atuava - dentro do próprio Afeganistão - na construção de redes de mulheres afegãs a fim de oferecer educação gratuita e clandestina para meninas e mulheres. Segundo Assef (2001), membro da organização, também forneciam assistência médica para mulheres nas áreas mais remotas do país, bem como atendiam campos de refugiados afegãos, como do Paquistão, com a criação de escolas e hospitais para meninas e meninos.

Em relação à atuação indireta e mundial, a RAWA:

> se apropriou da tecnologia de informatização e comunicação, utilizando a internet como um veículo para divulgar, através de imagens, reportagens e outros, as atrocidades ocorridas no regime Taliban e ao mesmo tempo provocaram uma cibermilitância ideológica que mobilizou parte da sociedade internacional. Contou com ajuda de jornalistas que foram os primeiros a enviar material para que, debaixo das burkas, elas pudessem registrar os acontecimentos. Segundo o site da RAWA, depois que a porta-voz descreveu na TV como as mulheres escondiam suas câmeras debaixo dos véus para capturar imagens de execuções públicas e chicotadas, as imagens passaram a ser publicadas e dezenas de câmeras e material fotográfico foram doados a elas. Hoje elas mantêm um site com tradução para sete idiomas (Silva 2006, 2–3).

A partir disso, depreende-se que a posição da RAWA é um exemplo de oposição organizada e extremamente crítica em relação à política misógina do Talibã[3]. A postura do Talibã em relação à organização é explicitamente uma estratégia de retaliação visando o enfraquecimento da RAWA, de modo que, até mesmo fora do Afeganistão, a Associação "não divulga o seu nome [da RAWA] ou as suas atividades com medo de uma retaliação fundamentalista" (RAWA 2001, n.p.). Outra estratégia utilizada pelo regime para enfraquecer e deslegitimar a Associação era a de calúnia; segundo relatos da RAWA (2001), "'Eles [o Talibã] dizem que nós somos prostitutas e que dizemos às pessoas que enviem as crianças nas escolas para que possamos envenená-las'".

Considerando esse panorama, pode-se afirmar que a interpretação extremista do Alcorão pelo Talibã não corresponde às leis islâmicas. Isso se reflete na criação de leis violentas, que, ao colocarem a mulher em um papel de inferioridade e não dignidade,

2. "RAWA é a organização política/social mais antiga de mulheres afegã, que lutam pela paz, liberdade, democracia e direitos das mulheres no Afeganistão fundamentalista desde 1977" (RAWA 2000, n.p., tradução nossa)

3. Atualmente, a RAWA permanece como uma associação de resistência internacional em prol dos direitos das mulheres afegãs diante da retomada de poder do Talibã em 2021.

ferem seus direitos. Dessa forma, a mulher afegã passa a ser forçada em um contexto de opressão, fragilização e privação de direitos básicos, tais como a educação e a saúde. Contudo, nota-se, como previamente descrito, a atuação de uma oposição organizada e politizada, simbolizada pela figura da Associação Revolucionária.

3. Os direitos das mulheres afegãs durante a intervenção estadunidense

De maneira geral, analistas e teóricos de Relações Internacionais possuem uma perspectiva negativa e crítica em relação à presença estadunidense no Afeganistão, tais como Kolhatkar (2002), Souza (2017) e Choudhury (2015), entre outros, sendo os seus argumentos apresentados ao longo deste artigo. A própria RAWA emitiu um comunicado em 11 de outubro de 2001 contra a presença de Washington, apenas quatro dias após a invasão das forças estadunidenses no Afeganistão. Segundo o documento, o Afeganistão, desde a entrada das tropas, foi vítima de uma nova onda de violência contra mulheres, crianças e idosos, reiterando que a continuação dos ataques estadunidenses "e o aumento do número de vítimas civis inocentes não só dá uma desculpa ao Talibã, como também provoca o fortalecimento das forças fundamentalistas na região e mesmo no mundo" (RAWA 2001, n.p., tradução nossa). Com isso, depreende-se que a presença estadunidense não só representava uma ameaça para a população afegã, como também um instigador para forças opositoras – como o Talibã – retomarem o poder sob a justificativa de afastarem a influência ocidental do Estado afegão.

Apesar de o artigo aqui apresentado entender a invasão dos EUA de 2001 como algo negativo e pouco benéfico para a população afegã, existem, na literatura e na política, perspectivas que enxergam a intervenção de 2001 no Afeganistão como uma medida positiva, tais como a da autora Logan (2021) e do próprio perpetuador da violência, os EUA. Pode-se notar essa inclinação em discursos políticos de Washington, como, por exemplo, o do presidente Joe Biden em 31 de agosto de 2021, após a retirada das tropas estadunidenses depois de 20 anos. Em sua declaração, Biden (2021) reitera que Washington e seu exército cumpriram seus objetivos estabelecidos há mais de uma década e, em seguida, permaneceram por mais outra.

Apesar de as mulheres não serem o foco da intervenção, diversas vezes os Estados Unidos abordaram essa questão ao justificar sua invasão. Ao tratar da intervenção em seu discurso de 2001, a primeira-dama Laura Bush pedia solidariedade do povo americano com as mulheres e crianças do Afeganistão, "colocando-os como vítimas que deveriam ser salvas e civilizadas" (Souza 2017, 1298).

O livro *The Impact of U.S. Intervention on Afghan Women's Rights*, da autora árabe Kolhatkar (2002) critica a intervenção de Washington no Afeganistão, com foco na estagnação e perpetuação da violência contra os direitos das afegãs. Segundo Logan (2021, 19), as mulheres afegãs, de fato, conquistaram seu direito ao trabalho após 2001, no entanto, faz-se necessário apontar que o estado de fragilização social, econômica e política do país, agravado pelos constantes ataques militares e bombas em cidades, vindos das tropas dos EUA, não permitiam que esses direitos fossem estabelecidos e muito menos usufruídos. Para mais, Kolhatkar (2002) aponta para a queda brusca de recursos destinados à reconstrução do Afeganistão, que impossibilitava mudanças mais profundas nas estruturas social e político-econômica. Shams (2021) explica que um grande fator para isso foi a Guerra do Iraque, pois Bush passou a destinar tecnologias

e financiamento para Bagdá, a fim de continuar lutando contra a "ameaça terrorista".

Em Mulheres de Cabul, a entrevistada Zargoona confirma essa realidade ao relatar que a "vida não está melhor agora do que na última vez em que nos vimos" (Logan 2021, 74). Mesmo voltando a lecionar, continuava em situação de pobreza, desenvolvendo depressão diante de sua situação. Outras, como Durkhanai, compartilharam da visão otimista de Logan (2021), afirmando que "a vida mudou bastante nos últimos tempos. Todos estão felizes e sentem-se livres" (Logan 2021, 87). É certo que todos os relatos das mulheres afegãs devem ser levados em conta ao analisar o sucesso da intervenção estadunidense, mas é impossível ignorar as diferentes perspectivas resultantes da divisão de classe social.

Apesar dos distintos aspectos da vida de cada uma, tanto Zargoona quanto Durkhanai criticavam a violência presente nas estratégias militares dos EUA. Entre elas, estavam os constantes "ataques aéreos, nos quais as forças armadas estadunidenses enviaram de forma constante aviões não tripulados, que desempenhavam missões de reconhecimento e de ataque na fronteira paquistanesa-afegã, tendo por efeito a morte de muitos civis" (Arraes 2010, 101). Arraes (2010) ainda completa, afirmando que:

> No caso, os falecimentos foram execuções extrajudiciais, proibidas no ordenamento internacional, mesmo em tempos de guerra – a base legal para a autorização de investidas aéreas havia sido a resolução nº 35/37, de novembro de 1980, da Assembleia Geral das Nações Unidas, ainda que ela se refira a movimentações internas. Assim, poder-se-ia considerar o conjunto de tais ações como eventuais crimes de guerra (Arraes 2010, 101).

Sendo assim, e baseando-se nos escritos de Logan (2021), Kolhatkar (2002) e Choudhury (2015), nota-se que os EUA tornaram possível que as mulheres frequentassem escolas, empregos e hospitais, mas a mudança foi extremamente superficial. Mesmo que elas pudessem exercer esses direitos, não havia uma estrutura capaz de acolhê-las e, muitas vezes, a herança de opressão disseminada pelas leis do regime Talibã impedia que a estrutura social afegã respeitasse esses direitos "reconquistados" e que as próprias mulheres se sentissem seguras realizando atos simples como andarem sozinhas na rua.

Para mais, como afirma a professora Barbosa (2023), a presença estadunidense no Afeganistão foi totalmente colonialista no sentido de manutenção de um estado de violência, fragilização e privação de direitos para as afegãs, que passou a ser perpetuado pelas tropas de Washington. Para ela, a estratégia estadunidense deveria voltar-se à difusão da educação e saúde, expandindo essa assistência para além de Cabul, "como, por exemplo, Kandahar[4] e povoados menores".

Nesse contexto, Thaís Kierulff, mestre em Relações Internacionais pela PUC-Minas entrevistada em 2023, afirmou que existiu uma falta de atenção ao estudo da sociedade afegã e do que seria necessário a fim de reconstruir um Estado que representasse as diversas etnias e grupos sociais da nação. É importante mencionar que o Afeganistão é etnicamente diverso, com lideranças populares - que apesar de possuírem menos poder e recursos, são influentes e relevantes como pequenos governos - espalhadas ao longo do território. Entre esses grupos, que representam pelo menos

4. Kandahar, Candaar ou Candar, localiza-se no sul do Afeganistão. É a segunda maior cidade do Afeganistão, capital administrativa da província do mesmo nome e é uma área de influência cobiçada, principalmente pelo Talibã.

55 diferentes tipos, segundo pesquisa de Dorronsoro (2005), citada por Gabriela G. d. Lima (2019), estão os pashtuns, hazaras, turcomanos, nuristanes, balúchis e pamires. Um grande problema foi que os EUA "concederam grande poder e muitos recursos a autoridades locais que, não sendo representantes nem chefes tribais, tinham interesse apenas na expansão do seu poder pessoal" (Moreira 2015, 42) e que também não eram vistos como lideranças pelas próprias comunidades.

Kierulff (2023) sugere que os Estados Unidos deveriam ter realizado pesquisas com sociólogos e antropólogos a fim de compreender o "tipo" de democracia que poderia ser implementado na região afegã, que, segundo a entrevistada, certamente difere do ocidental. Barbosa (2023) compartilha da afirmação de Kierulff (2023) de que houve uma falta de fortalecimento de lideranças locais, principalmente no interior do território do Afeganistão, o que possibilitou um domínio paralelo do Talibã em cidades para além da capital.

Diante dessa necessidade de adequação de estruturas políticas e democráticas, pode-se afirmar que:

> a maioria dos grupos étnicos do Afeganistão vive em comunidades relativamente compactas em áreas rurais, para ser bem sucedida, uma estrutura governamental deve permitir a autogestão local. [...] O Afeganistão precisa criar uma estrutura de governo federal flexível que seja descentralizada e adaptada às condições locais e nacionais do Afeganistão pós-Talibã (Shahrani, 2002: 721 *apud* Moreira 2015, 43).

Além de levar em conta a multiplicidade étnica existente no Estado afegão, um projeto democrático deve necessariamente incluir lideranças locais femininas. Considerando que as mulheres são as maiores vítimas da violação de direitos no Estado afegão, lideranças locais femininas fortaleceriam as reivindicações das mulheres do Afeganistão e a sua luta por direitos. A RAWA é uma importante liderança, que apesar de seus membros não estarem envolvidos explicitamente em cargos políticos dentro do Estado, exerce grande influência e mobilização na luta feminista islâmica, como já apresentado. A organização, com incentivo, financiamento e estruturas articuladas e apropriadas para a democracia, poderia fortalecer a luta pelos direitos das afegãs. Outro exemplo de liderança feminina, dessa vez, no âmbito local, é Zarifa Ghafari, ex-prefeita de Maidan Shar entre 2019 - 2021, ativista dos direitos das mulheres que, desde 2021, com a reentrada do Talibã no poder, foi obrigada a fugir para a Alemanha, mas que permanece defendendo a necessidade de mulheres ocuparem cargos políticos no Afeganistão, conforme apresenta reportagem de Joshua Nevett, publicada pelo jornal BBC em 31 de agosto de 2021.

4. A perspectiva do feminismo liberal: as mulheres afegãs precisam ser salvas?

O artigo *As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros* de Abu-Lughod (2012, 465), cujo título inspira o título da seção aqui exposta, afirma que projetos e estratégias de salvação de outras mulheres dependem e reforçam um senso de superioridade por parte dos ocidentais, o que explica o enorme volume de intervenções militares e humanitárias do Norte global em Estados localizados no Sul. Considerando esse panorama, pode-se traçar um paralelo com a intervenção dos EUA no Afeganistão em 2001. Souza (2017) aponta que, entre as justificativas do governo estadunidense, o discurso de que a intervenção

ajudaria a defender a população afegã dos seus líderes radicais era usado para legitimar a sua presença no país do Oriente Médio. Sob esse prisma, a autora destaca ainda o discurso da primeira-dama Laura Bush em novembro de 2001 como uma forma de justificar a intervenção estadunidense.

Para além desta fala, os discursos do feminismo liberal, disseminados especialmente a partir de perspectivas ocidentais, são muito limitados no sentido de que denunciam as violências causadas pelos homens muçulmanos, mas ignoram os efeitos das intervenções de caráter militar pelos próprios países ocidentais na vida das mulheres muçulmanas, conforme confirma Choudhury (2015). Segundo a autora, "The War on Terror has resuscitated and normalized the use of religion and culture as an explanation for violence by Muslims worldwide through the 'clash of civilizations' theory"[5] (Choudhury 2015, 244), ou seja, o Ocidente passou a culpabilizar o patriarcado por um suposto "retrocesso" da cultura islâmica.

A herança do colonialismo:

> traz a ideia de uma continuidade da interdependência e sobreposição de nações soberanas sobre outras, e ilustra também na forma em que os debates contemporâneos são desenvolvidos, por quem eles são ditos, além de para quem esses debates são direcionados. É dentro desta relação complexa entre colonizador e colonizado que é constituída uma postura defensiva, assim como um combate retórico, ideológico e uma certa hostilidade entre as culturas ocidentais e orientais, que são capazes de gerar crises e conflitos entre si (Said, 2011 *apud* Ribas 2022, n.p).

Considerando isso, pode-se apontar para o impacto do pensamento colonial na construção da perspectiva de superioridade do homem ocidental sobre os demais, inclusive homens orientais. Desde o século XV, a construção do ideal de inferiorização de homens orientais ocorreu devido ao fato de que "O único ser dotado de uma episteme superior era o homem ocidental" (Grosfoguel 2016, 43). Novamente, o impacto do 11 de setembro é visto na criação do imaginário do "inimigo muçulmano", que passa a ser estereotipado como violento e bárbaro, de modo que sua imagem desenvolve-se como essencialmente relacionada a "homens, muçulmanos, nascidos no Oriente Médio" (Borges 2022, 20).

Tendo em vista essa recuperação, pode-se retomar Kierulff (2023), que afirma que "a religião não oprime as mulheres, mas os homens usam o Islã para facilitar o uso do patriarcado", ou seja, a doutrina islâmica é utilizada por grupos patriarcais, tendo como sua vertente mais extrema o Talibã, a fim de alterar a perspectiva da subordinação à fé para uma submissão ao homem. Ademais, afirma, em entrevista, que

> O uso do véu é uma expressão individual, não está sujeita ao escrutínio de outras pessoas. O véu é a ponta do iceberg, é necessário falar de acesso à política, educação. O islã é submissão do ser humano a Deus, não da mulher ao homem. Isso não é um objetivo da religião, é do Talibã (Kierulff 2023).

Borba, Fabris e Zoppi (2014) dividem a mesma perspectiva, afirmando que o Talibã desenvolveu uma imposição radical da lei islâmica a fim de fomentar o papel de subalternidade das mulheres afegãs. Sendo assim, nota-se que a estratégia usada pelo

5. "A Guerra ao Terror ressuscitou e normalizou o uso da religião e cultura como justificativas para a violência contra muçulmanos ao redor do mundo a partir da teoria de 'choque de civilizações'" (Choudhury 2015, 244, tradução nossa).

grupo foi utilizar-se de interpretações radicais e misóginas do Alcorão, que feriam a dignidade da parcela feminina, a fim de subjugá-la e privá-la de seus direitos.

Visto isso, é necessário se desvencilhar da ideia de que a religião islâmica é a causa da opressão das mulheres na nação afegã, visto que muitas mulheres se entendem feministas ao mesmo tempo em que seguem a fé islâmica. Nesse contexto, segundo Barbosa (2023) e Kierulff (2023) e tendo em vista que a maioria da população afegã segue o islamismo, para que os direitos das mulheres sejam fortalecidos é necessário estar de acordo com a sua liberdade religiosa, ou seja, compreender que existe um feminismo islâmico que advoga por direitos femininos ao mesmo tempo em que é livre para afirmar a sua religiosidade.

A principal alternativa desenvolvida por mulheres muçulmanas a fim de lidar com a concepção de incompatibilidade entre religião e feminismo foi o feminismo islâmico, o qual, segundo Salem (2014), propõe a articulação de um feminismo intersecionalizado, que não distancia-se do islamismo, uma vez que a religião é parte essencial para as mulheres muçulmanas. Para mais, possui

> caráter político-religioso, faz uso de uma narrativa relativizada, dirigida exclusivamente às mulheres islâmicas, e atua com base na releitura das fontes religiosas do Islã sob um ponto de vista feminista, no intuito de 'revelar possíveis direitos emancipatórios para melhorar o status sócio-político das mulheres muçulmanas', lutando contra sua opressão e dominação. Surgido nos anos 1980, ele teria se originado de forma 'desterritorializada e transnacional'" (C. Lima 2017, *apud* Affonso, 2017: n.p.).

O feminismo islâmico, como todas as perspectivas teóricas e práticas, é amovível, pois é constantemente reafirmado, contestado e aprofundado a partir de pesquisas de diversos autores, como Cila C. Lima (2017). Com ele, torna-se possível desenvolver um cenário que una, para as mulheres muçulmanas, a vida em sociedade, a fé e a luta pelo respeito de seus direitos e suas vozes.

Na esfera prática, nota-se a existência do feminismo islâmico na produção acadêmica e teórica, presente em trabalhos de diversas autoras, por exemplo, as usadas aqui, para criticar a violência estrutural e patriarcal sofrida pelas mulheres islâmicas. Ademais,

> Pesquisadoras muçulmanas sensíveis às discussões de gênero embarcaram na releitura do Alcorão, revisitando as ações e palavras do profeta Maomé (*ahadith*) e formulando reconsiderações sobre a jurisprudência islâmica (*fiqh*) (Bradan 2020, 77).

Pode-se apontar também para a influência do feminismo islâmico na inserção de mulheres muçulmanas em espaços politizados, como a já citada ex-prefeita afegã Zarifa Ghafari, que apesar de não mais ocupar um cargo político em um país muçulmano, nesse caso, o Afeganistão, tornou-se ativista dos direitos das mulheres muçulmanas ao redor do mundo, inclusive com participação em organizações internacionais, como a ONU.

Para mais, ao se analisar especificamente o caso do Afeganistão entre 1996 a 2006, identifica-se que o feminismo islâmico está inserido nas pautas da RAWA, cuja atuação foi intensa tanto durante o regime Talibã quanto o período da intervenção estadunidense. A agenda da Associação une os direitos das mulheres com a luta pelo respeito da religião islâmica, o que claramente representa a intersecção entre gênero e religião proposta pelo feminismo islâmico.

Segundo Cila C. Lima (2017), uma importante ferramenta de disseminação do feminismo islâmico é o ensinamento acadêmico, que se torna essencial para a formação de líderes políticos que defendam os direitos das mulheres muçulmanas de forma integral. Para a autora,

> Se essas mulheres que recebem os cursos islâmicos estivessem sendo formadas para se inserirem nos parlamentos, no mínimo essas leis de punição estariam sendo questionadas, recebendo de alguma forma emendas positivas e leis protetivas poderiam, ao menos, estar sendo debatidas (C. Lima 2017, 170).

Levando em consideração a emancipação política de mulheres muçulmanas, Choudhury (2015) afirma que a intervenção militar de 2001 não deveria ser vista como uma resposta legítima para lidar com a repressão ao gênero feminino. Isso porque as mulheres na sociedade muçulmana do Afeganistão, apesar de terem tido alguns direitos restabelecidos com a intervenção, não se apropriaram de lugares de liderança que pudessem perpetuar a independência delas. A autora também reforça que, apesar de os homens afegãos serem o cerne de um sistema social misógino e opressivo, muitas vezes, por também estarem inseridos nessa estrutura patriarcal, as mulheres e crianças seriam desestabilizadas sem o patriarca familiar. Nesse contexto, apesar de a concessão de direitos ser importante, não abrange a totalidade dos problemas das mulheres afegãs, que necessitam estar num lugar de independência financeira e estrutural dentro das próprias famílias.

Sendo assim, sob a perspectiva da questão de gênero e retomando Choudhury (2015), não seria viável apenas "eliminar" os homens afegãos para cessar a perpetuação da estrutura patriarcal muçulmana, mas sim criar uma estrutura que fornecesse direitos básicos às mulheres e que garantisse que eles fossem respeitados. Todavia, isso revela um desafio, tanto na esfera socio-cultural quanto na institucional. No primeiro caso, o patriarcalismo que permeia a sociedade afegã – e o Sistema Internacional - teceu uma ótica da mulher afegã como sendo imutável em seu local de submissão, de modo que a disrupção desse padrão, como a participação feminina política, imediatamente gera o apagamento e sufocamento dessa emancipação. Esse estigma impede que movimentos feministas islâmicos e afegãos, como a RAWA, façam suas demandas de forma segura, plena e com reconhecimento institucional.

A partir daí, pode-se tratar do desafio institucional mencionado anteriormente. Nele, a fragilização das instituições e órgãos políticos do país, resultantes da intervenção militar e política de Washington, dificultam a estruturação de direitos adequados em prol da defesa das afegãs, bem como a garantia de sua aplicação através de órgãos específicos, como do poder judiciário, por exemplo. Com isso, determina-se que, apesar de as mulheres terem seus direitos violentamente restringidos durante o governo do Talibã, a intervenção estadunidense não significou a libertação da violência de gênero no país árabe, apesar de ser propagandeado como tal pela potência ocidental.

5. Conclusão

O regime do Talibã utilizou-se de interpretações errôneas e extremistas do principal pilar das comunidades islâmicas, o Alcorão, para instituir políticas violentas, opressivas e misóginas que feriam os direitos das mulheres afegãs. Como exposto em Souza (2017), os EUA utilizaram-se desse cenário de extrema brutalidade sociopolítica e aderiram

ao discurso de proteção de mulheres islâmicas a fim de fortalecer sua justificativa da intervenção em 2001. Essa perspectiva estadunidense sobre as mulheres afegãs corroborou e, ao mesmo tempo, foi baseada, na intensa onda feminista liberal que permeia o Ocidente.

Apesar de obter sucesso em tomar o poder em cidades grandes, como Cabul, a estratégia de Washington foi falha. Para Kierulff (2023), as tropas estadunidenses não foram capazes de eliminar as células talibãs, permitindo um novo fortalecimento e a eventual reentrada do regime anos mais tarde, em 2021. Para mais, Barbosa (2023) aponta que o caráter imperialista da intervenção impediu que as mudanças fossem profundas, de modo que a instabilidade permaneceu, bem como o cenário de pobreza, violência e, principalmente, de privação dos direitos das mulheres afegãs. Conforme aponta Kolhatkar (2002), o suposto auxílio dos EUA representou uma estagnação do desenvolvimento e do restabelecimento dos direitos femininos, fomentado, em parte, pela queda do fluxo de investimentos, que, segundo Shams (2021), passaram a se deslocar a partir de 2003 para a Guerra do Iraque.

Retomando a questão do feminismo, conclui-se que existe uma clara instrumentalização da perspectiva feminista liberal. Esta, que já era fortemente inserida na sociedade estadunidense, foi reforçada pelos discursos em 2001 da primeira-dama Laura Bush, que apelava para a necessidade de salvação das mulheres afegãs. O feminismo branco, como também é conhecido, ignora qualquer tipo de interseccionalidade de classe e raça e beneficia somente mulheres brancas do Norte global. Para mais, alimenta o discurso, que também é enraizado na sociedade estadunidense, de salvação, sob essa ótica, de pessoas oprimidas, que são essencialmente pessoas não-brancas do Oriente, vistas como indefesas e incapazes de lutar contra a sua opressão, tal como são frequentemente descritas as mulheres muçulmanas.

Surge, então, o feminismo islâmico como forma de combater a visão feminista liberal através da construção de uma vertente interseccional, cujo islamismo e a mulher muçulmana são os pilares. Com ele, é possível explorar a questão da mulher dentro da religião muçulmana, tirando-a de seu papel que é historicamente descrito pelo Ocidente como oprimido, e colocando as mulheres como agentes capazes de equilibrar reivindicações femininas e a fé, de forma que a primeira não anula a segunda e vice-versa. Visto isso, o feminismo islâmico é fundamental para a reafirmação da fé islâmica e da articulação das mulheres muçulmanas, sendo fortemente presente nas lutas feministas dentro do Afeganistão, como pode ser visto por meio da atuação da RAWA, por exemplo.

Outrossim, identifica-se a partir das entrevistas conduzidas por Logan (2021), que uma parte da parcela feminina do Afeganistão – principalmente a camada social mais pobre – não se beneficiou do projeto estadunidense, permanecendo em situações de pobreza, fome e privação de recursos e direitos. Neste último caso, pode-se citar a manutenção da dificuldade do acesso de mulheres à educação, saúde ou até mesmo liberdade de andar sozinha na rua, cerceada pelo "estigma social" infiltrado na sociedade afegã.

Por fim, tanto Barbosa (2023) quanto Kierulff (2023) citaram que, a fim de uma intervenção exitoso - no recorte dos direitos femininos -, deveria ter sido criada uma abordagem baseada em análises culturais, antropológicas e sociopolíticas. Essa nova

formulação estratégica poderia oferecer um melhor entendimento da realidade afegã a partir da religião - e não para além dela - e da multiplicidade étnica existente no Estado. Nota-se que a generalização da "fórmula intervencionista" utilizada pelos EUA não surtiu os efeitos esperados, uma vez que a fragilização política, social e institucional manteve-se. Considerando que a participação das mulheres afegãs junto ao projeto dos EUA foi reduzida durante a intervenção, nota-se que o apoio e envolvimento desse grupo se fazia necessário, uma vez que poderia direcionar as estratégias a serem aplicadas, a fim de que as necessidades e os desejos das mulheres afegãs fossem compreendidos de forma mais apropriada, completa e interseccional.

Recebido em: 03/01/2024.
Aprovado em: 08/05/2024.

Referências

Abu-Lughod, Lila. 2012. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. Acesso em: 02 mai. 2024, *Estudos Feministas* 20 (2): 451–470. https://www.scielo.br/j/ref/a/yPdFtbPfpQCHyDmh6BjqQDx/abstract/?lang=pt.

Arraes, V. 2010. Estados Unidos: o caso na guerra afegã. Acesso em: 31 ago. 2023, *Carta Internacional* 5 (1): 97–106. https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/532/286/1710.

Assef, A. 2001. Resistência: Grupo revolucionário enfrenta o Taliban. Acesso em: 31 ago. 2023. http://www.rawa.org/press_pr.htm.

Barbosa, F. 2023. *Entrevista concedida a Ceres Cotosky e Lisa Baccarin.* São Paulo, 13 jun. 2023. Entrevista realizada pela plataforma Google Meets.

Biden, Joe. Estados Unidos da América. Presidente (2021 - 2025: Joe Biden). 2021. *Remarks by President Biden on the End of the War in Afghanistan.* Accessed: 2024-01-03. https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/08/31/remarks-by-president-biden-on-the-end-of-the-war-in-afghanistan/.

Borba, R., G. Fabris e P. Zoppi. 2014. Malala: Direito à vida, mínimo ético fundamental e as mulheres em países islâmicos. *Revista Científica Eletrônica UniSEB,* número 3, 79–90.

Borges, J. 2022. Orientalismo e a Securitização da identidade "terrorista" pós-ataques do 11 de Setembro: o poder do discurso na definição de um inimigo global. Bacharelado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Bradan, M. 2020. (Re)posicionando o feminismo islâmico. Acesso em: 03 jan. 2024, *Revista do Arquivo Nacional* 33 (2): 69–94. https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1577.

Castro, C. 2015. Usar ou não o hijab no Brasil? Uma análise da religiosidade islâmica em um contexto minoritário. *Religião e Sociedade* 35 (2): 363–383.

Choudhury, C. 2015. Beyond Culture: Human Rights Universalisms Versus Religious and Cultural Relativism in the Activism for Gender Justice. *Berkeley Journal of Gender, Law and Justice* 30:1–46.

Connolly, W. 2002. *Identity/Difference: Democratic Negotiations of Political Paradox.* 280. University of Minnesota Press.

Costa, R. et al. 2019. Malala: inspiração, provocação e convocação. Acesso em: 03 jan. 2024, *CREatividade,* número 1, 104–113. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_cre.php?strSecao=fasciculo&fas=62272&NrSecao=X3&nrseqcon=45853.

Cunha, C. 2022. *A intervenção das mulheres na resposta à crise humanitária no Afeganistão.* Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Universidade de Lisboa.

Grosfoguel, R. 2016. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Accessed: 2024-01-03, *Revista Sociedade e Estado* 31 (1): 25–49. https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt.

Harriet, L. 2021. *Mulheres de Cabul.* 128. Geração Editorial.

Harris, S. 2010. *A paisagem moral: Como a ciência pode determinar os valores humanos.* 328. São Paulo: Companhia das Letras.

Kierulff, T. 2023. *Entrevista concedida a Ceres Cotosky e Lisa Baccarin.* Entrevista realizada pela plataforma Google Meet.

Kolhatkar, S. 2002. The Impact of U.S. Intervention on Afghan Women's Rights. Accessed: 2024-01-03, *Berkeley Women's Law Journal* 17:12–30. https://lawcat.berkeley.edu/record/1118088.

Lima, C. 2017. Feminismo islâmico: mediações discursivas e limites práticos. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo.

Logan, H. 2021. *Mulheres de Cabul.* 128. São Paulo: Geração Editorial.

Pew Research Center. 2014. *As U.S. role in Afghanistan nears an end, more Americans see failure than success.* Acesso em: 28 dez. 2023. https://www.pewresearch.org/short-reads/2014/02/14/as-u-s-role-in-afghanistan-nears-an-end-more-americans-see-failure-than-success/.

RAWA. 2000. *Without Emancipation of Women, Emancipation of Afghanistan is Impossible!* Accessed: 2023-10-11. http://www.rawa.org/mar8-00e.htm.

———. 2001. *A Guerra das Mulheres.* Accessed: 2023-11-10. http://www.rawa.org/independent_pt.htm.

Ribeiro, N. 2016. Por trás das burcas de Cabul: Uma análise da condição das mulheres afegãs pela perspectiva do Gênero a partir de 'O Livreiro de Cabul'. Accessed: 2023-12-21, *Revista Vértices* 18 (2): 193–205. https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.v18n216-13/5255.

Said, E. 1996. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.* 370. São Paulo: Schwartz.

Salem, S. 2014. Feminismo islámico, interseccionalidad y decolonialidad. Accessed: 2024-01-03, *Tabula Rasa* (Bogotá), número 21, 111–122. https://www.revistatabularasa.org/numero-21/06-salem.pdf.

Schiochett, L. 2011. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: A Construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. Accessed: 2023-12-28, *Revista Tempo do Mundo* 3 (2): 39–82. https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/98/103.

Shams, S. 2021. Como a invasão pelos EUA transformou o Afeganistão. Accessed: 2023-04-27, *DW,* https://www.dw.com/pt-br/como-a-invas%C3%A3o-pelos-eua-transformou-o-afeganist%C3%A3o/a-59438121.

Silva, M. 2006. A resistência feminina contra a segregação do gênero durante o regime Taliban no Afeganistão. Accessed: 2023-08-31, *Educação Pública* 16 (1): 1–4. https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/34/a-resistecircncia-feminina-contra-a-segregaccedilatildeo-do-gecircnero-durante-o-regime-taliban-no-afeganistatildeo.

Souza, A. 2017. Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão. Accessed: 2024-01-03, *Revista Estudos Feministas* 25 (3): 1297–1312. https://www.scielo.br/j/ref/a/qnhcNkQFhJQm683sSmb7TBg/abstract/?format=html&lang=pt.